

CARLOS VERDETE

HISTÓRIA DA IGREJA CATÓLICA

VOLUME III

O século xx e o início do terceiro milénio

*Apontamentos
para a formação básica de cristãos leigos*

Direcção de colecção e apresentação
Padre Senra Coelho



Apresentação

O terceiro volume da História da Igreja Católica, de Carlos Verdete, divide-se em duas partes: a síntese histórica do século xx, de Pio X a João Paulo II, e uma «Adenda» na qual se oferecem vários subsídios repletos de utilidade e pertinência para quem deseja conhecer a História da Igreja e posteriormente aprofundar alguns dos seus temas.

Trata-se de um trabalho divulgativo de primeiro encontro com a História do Catolicismo no século xx, percebendo-se com clareza as vicissitudes pelas quais passou e o enorme dom que foram para a Igreja os Papas do último século.

O Pontificado de Pio X (1903-1914) deparou-se, desde o seu início, com uma grave crise teológica conhecida por Modernismo. Essa crise estava já latente, anteriormente, devido sobretudo ao atraso das ciências eclesiais, particularmente da exegese bíblica, face aos progressos das várias ciências como a Arqueologia e a História Comparada das Religiões. Pio X não conseguiu resolver todos os problemas colocados pela “desfocagem” teológica expressa pela heterodoxia modernista. A dura repressão levada a efeito no seu Pontificado foi capaz de sufocar o movimento Modernista, apesar de as causas do problema persistirem. Alguns precursores perguntavam se seria possível uma exegese mais atenta às exigências da crítica histórico-literária. Estes apelos abrangiam vários aspectos da vastidão bíblica, mas centravam-se mais nas descrições da Criação apresentadas no livro do Génesis. Fazia-se igualmente apelo à renovação litúrgica e a uma maior responsabilização dos leigos na vida da Igreja.

A voz destes precursores permaneceu viva, mas em “incubação” pois o magistério de Pio X, expresso sobremaneira no decreto *Lamentabili*, que condenava sessenta e cinco teses modernistas, quase todas retiradas dos livros de Alfred Loisy, e pela encíclica *Pascendi* (1907), privilegiava a urgência de se salvar algumas verdades fundamentais do Cristianismo, como a transcendência de Deus e a divindade de Cristo na Eucaristia.

Bento XV (1914-1922) viveu no seu Pontificado toda a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O Papa manteve-se neutro, pois a cidade do Vaticano ainda não tinha sido constituída como Estado soberano. Assim, em 1915, quando a Itália entrou na guerra, a sua mensagem foi mal compreendida por muitos compatriotas italianos que esperavam que o Papa tomasse partido por causa da sua nação. Giacono Marchese empreendeu vários esforços em favor da paz. Porém, a sua mensagem continuou a não ser atendida. O Papa procurou aliviar os sofrimentos da guerra, intervindo na troca de feridos e na ajuda aos prisioneiros. Foi o Papa Bento XV quem publicou o Código de Direito Canónico que esteve em vigor até 1983. Este importante passo na vida jurídica da Igreja vinha sendo preparado desde o Pontificado de Pio X.

Depois da Primeira Guerra Mundial a Igreja teve de se confrontar com diferentes totalitarismos: o Comunismo, o Fascismo, o Nazismo, o Franquismo e o Salazarismo. O caminho diplomático escolhido pela Igreja para se relacionar com estes regimes foram as Concordatas. No Pontificado de Pio XI, a 11 de Fevereiro de 1929, a Santa Sé chegou a acordo com regime fascista de Mussolini sobre a criação do Estado da Cidade do Vaticano. Esta Concordata ficou conhecida por “Pacto Lateranense”. Pio XII seguiu a estratégia de Pio XI e em 1953 chegava a acordo com a Espanha franquista, através da assinatura de uma nova Concordata. Neste documento continuava a ser reconhecido o privilégio de “foro” aos eclesiásticos, mas a Santa Sé tinha sacrificado a sua soberania, concedendo ao Estado alguma participação na nomeação dos bispos. A Concordata com a Espanha franquista foi um importante precedente na celebração da Concordata entre a Santa Sé e o Portugal de Salazar, aprovada pela Câmara Corporativa a 22 de Maio de 1940 e ratificada pela Assembleia Nacional na sessão extraordinária de 25 de Maio, que a aprovou em forma de lei sob o n.º 1984 de 30 do mesmo mês. A troca dos instrumentos de ratificação fez-se em Lisboa a 1 de Junho. Conjuntamente com a Concordata, foi assinado também o

Acordo Missionário que regulamentava as relações Igreja-Estado face às missões ultramarinas no antigo padroado português.

A relação da Santa Sé com a Alemanha nazi foi dura e difícil. A Concordata celebrada com a Alemanha de Hitler em 1933 constituiu um provável erro da estratégia pontifícia, apesar de permanecer como prova da boa vontade da Santa Sé, sempre na tentativa de salvar o ainda salvável face à catástrofe que se adivinhava.

A frontalidade da Igreja perante estes totalitarismos é inquestionável e permanece para sempre esclarecida, aquando do violento desencontro com o Fascismo, face à necessidade de se defender a Acção Católica das incursões deste regime. A encíclica *Non Abbiamo Bisogno* (1931) apresenta-se como um ataque aberto de Pio XI ao Fascismo. A encíclica *Mit Brennender Sorge* (1937) surge contra o Nazismo, a *Divini Redemptoris* (1937) contra o Comunismo da Rússia e a *Firmissima Constantia* contra as perseguições levadas a cabo no México.

Pio XII (1939-1958) deu início ao seu Pontificado nos dias difíceis da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). É historicamente inquestionável a sua actividade caritativa face aos sofrimentos infligidos pelos nazis ao povo judeu. Ele que tinha trabalhado com Pio XI na elaboração da encíclica anti-nazi *Mit Brennender Sorge*, enquanto cardeal Eugénio Pacelli, viu-se paradoxalmente questionado nas suas rectas intenções e esquecido na sua solidariedade por alguns membros do próprio povo que tanto ajudou, continuando a ser mal entendido e interpretado por alguma crítica histórica, nomeadamente judaica e laicista.

Durante o Pontificado de Pio XII (1939-1958), chegavam de muitos sectores da Igreja fortes apelos de mudanças profundas na vida da própria Igreja; uma inversão no caminho da centralização romana, muito acentuada após o Concílio Ecuménico Vaticano I. De facto, as teses conciliaristas estavam definitivamente superadas pela proclamação da infalibilidade pontifícia. Propunha-se, sem receios, maior autonomia dos bispos, mais pluralismo no interior da Igreja, maior responsabilidade laical, uma teologia e uma liturgia mais participada e mais em contacto com as fontes litúrgicas e patrísticas. Em relação à sociedade, pedia-se o reconhecimento da autonomia das actividades humanas e a legítima liberdade de consciência, de culto e de propaganda para todas as confissões. Devia em suma, ultrapassar-se de vez as dificuldades de relação Igreja-Mundo que o *Syllabus* deixou manifestar.

O ambiente vivido pela guerra, as fortes transformações da sociedade, a grande transformação económica, pela passagem de uma economia predominantemente agrícola para uma economia fortemente industrializada, fizeram com que o Pontificado de Pio XII preferisse deixar amadurecer mais estes movimentos de renovação. Pio XII manteve-se fiel ao princípio de que na Igreja todas as decisões devem partir do vértice e não das bases. A eclesiologia de Pio XII via a Igreja como o Corpo Místico de Cristo, apesar de acentuar a dimensão vertical do seu ministério e isolar o Papa do resto da Igreja, o pastor do rebanho. Ao ser autor de muitas reformas, Pio XII nunca descentralizou o seu ministério.

João XXIII (1958-1963) emerge imprevisivelmente neste contexto. A sua decisão de convocar o Concílio Ecuménico Vaticano II fez dele uma personalidade profética. No seu conceito, a assembleia conciliar deveria desenvolver-se durante alguns meses. Jamais pensou que a assembleia conciliar faria a enorme obra renovadora que conhecemos. Podemos concluir que os tempos estavam maduros. As bases do povo cristão e os teólogos desde há muito desejavam a renovação da Igreja para que os católicos pudessem acompanhar, sem complexos, as grandes mutações de que o século xx foi abundante.

Foi o seu sucessor, Paulo VI (1963-1978) quem concretizou e conduziu o concílio convocado pelo corajoso João XXIII. Paulo VI ficou com o enorme mérito de o ter concluído, conduzindo as grandes reformas, sobretudo a reforma litúrgica. A sua lúcida inteligência, a sua abertura e a sua moderação fizeram dele o Papa do Concílio Vaticano II. Paulo VI terminou o seu Pontificado num clima de incertezas face às aplicações do concílio. Por um lado, as contestações de 1968 exigiam ainda maiores aberturas por parte da Igreja, por outro lado, o movimento encabeçado pelo arcebispo Marcel Lefebvre (1905-1991) pedia que se regressasse aos moldes da Igreja anterior ao Concílio Vaticano II. O elevado número de presbíteros e até de alguns bispos que pediram dispensa dos ministérios ordenados para quase sempre contraírem Matrimónio fizeram com que a contestação ao celibato crescesse e este fosse apresentado pela opinião pública como ultrapassado, desadequado e vazio de sentido no mundo contemporâneo. No final da sua vida, Paulo VI viu a exaltação da chamada Teologia da Libertação que, sobretudo na América Latina, fazia a leitura das realidades temporais e actualizava a leitura do Evangelho servindo-se da hermenêutica marxista, ainda fortemente acreditada como ideal de uma das potências

intervenientes na então dita Guerra Fria, disputada entre a União Soviética e os Estados Unidos da América.

Foi ainda neste contexto que surgiu o breve Pontificado de João Paulo I, o qual deveria consumir o trabalho dos seus dois grandes antecessores, João XXIII e Paulo VI. O Pontificado de Albino Luciani (1978), para além de uma nova postura do Sumo Pontífice junto dos fiéis, marcada pela simplicidade, naturalidade e proximidade das suas catequeses, trouxe a intuição da junção dos nomes de João XXIII e de Paulo VI, no nome duplo de João Paulo, indicando a necessidade de que o novo Papa consumasse a missão dos dois Papas do Concílio Vaticano II. Esta missão coube de facto a João Paulo II, seu sucessor.

Karol Wojtyła recebeu o concílio já quase totalmente aplicado na sua reforma litúrgica através do Missal aprovado por Paulo VI. Coube-lhe ainda aprovar o novo *Código de Direito Canónico* (1983), revisto segundo os critérios conciliares, conduzir a elaboração, aprovação e publicação do novo *Catecismo da Igreja Católica* (1992) e aprofundar, com a ajuda do seu rico magistério, várias matérias importantes da vida interna da Igreja, da sua pastoral e da sua vivência moral face aos desafios do mundo moderno e globalizado.

Com ensinamentos riquíssimos, percorreu o mundo inteiro num constante anúncio querigmático, em apelos sempre crescentes pelo respeito da dignidade da pessoa humana e da urgente necessidade de uma nova evangelização.

No seu longo Pontificado (1978-2005) celebrou-se o grande Jubileu do Ano Santo 2000, depois de ter presenciado a queda do Comunismo que, no dizer de muitos especialistas, se deveu também à eleição e à actividade do Papa polaco. Devido aos receios que a sua personalidade incutia em amplos sectores do materialismo dialéctico ateu, Karol Wojtyła foi vítima de um grave atentado (13 de Maio de 1981) que marcou todo o Pontificado, com a quebra crescente da sua saúde, até viver os últimos anos do seu ministério numa impressionante debilidade e num comovente esforço por servir até ao fim o anúncio do Evangelho, no Ministério de sucessor de Pedro que ele acreditava ter recebido do Senhor pelas mãos da Igreja.

Foi incontornável a sua personalidade para os homens do seu tempo. Ao presidir a 1338 beatificações e 482 canonizações apresentou com grande eloquência o caminho da santidade à Igreja, e que os seus contemporâneos adivinharam nele mesmo, pedindo nas exéquias do seu funeral, um dos maiores acontecimentos religiosos dos últimos séculos, a sua rápida canonização.

No dia 19 de Abril de 2005 sucedeu a João Paulo II um dos seus mais apreciados e preparados colaboradores, o cardeal Joseph Alois Ratzinger, um Papa de nacionalidade alemã, eleito para sucessor de Pedro aos setenta e oito anos de idade. Solidificava-se, com a sua eleição, a expressão de uma Igreja ecuménica, multicultural e espalhada por toda a Terra. Na escolha de uma personalidade não italiana para presidir à Igreja Católica ficou clara a internacionalização da Igreja e a sua universalidade. É com João Paulo II que Carlos Verdete encerra a sua História da Igreja Católica.

Bento XVI inscreve-se já na fecundidade dos grandes doutores da Igreja. O seu magistério tem-se apresentado com grande profundidade e mediana clareza, deixando adivinhar um Pontificado fecundo e fortemente catequético.

Carlos Verdete apresenta estas partes da História dos séculos xx e xxi sem esquecer ainda temas tão importantes como a descolonização dos povos ultramarinos, a vitalidade das missões, da vida monástica e religiosa no pós-Segunda Guerra Mundial, a necessária interpretação dos sinais dos tempos através do riquíssimo magistério pontifício deste século xx e início do xxi.

O nosso autor conclui o seu livro com uma «Adenda» na qual apresenta vários aspectos de grande utilidade prática: a lista dos Papas, onde inclui Bento XVI, uma breve abordagem explicativa sobre a eleição dos Romanos Pontífices, as realidades do Estado Pontifício, do Colégio Cardinalício, do Primado Romano e a doutrina da separação Igreja-Estado, a teoria dos dois poderes distintos. Finaliza com uma útil lista dos concílios ecuménicos.

Ao encerrar esta apresentação do último volume da História da Igreja Católica, deixo uma grata saudação ao autor, leigo esclarecido, que na sua competência e exigência científica de médico cirurgião, e ao trabalhar longos anos no Movimento dos Cursos de Cristandade, quis partilhar com os seus irmãos a riqueza da sua investigação e da sua ilustração.

Um bem haja à sua extremosa esposa, também ela médica, na especialidade de anestesista, pela retaguarda orante e disponível que soube sempre ser na elaboração destas publicações e na sua aplicação na Escola de Responsáveis dos Cursos de Cristandade da arquidiocese de Évora a que também já pertenceu e apoiou com a partilha das suas comunicações.

PADRE SENRA COELHO

Prólogo

O século xx constituiu um dos mais extraordinários séculos da História da Igreja Católica. O seu primeiro Papa, cronologicamente, foi um santo Papa: Giuseppe Sarto, Patriarca de Veneza, eleito em 1903, assumiu o nome de Pio X e foi canonizado em 1924 por Pio XII. O último Papa do século foi um Papa santo, um «*Santo súbito*», na vontade do povo que o velava após a sua morte. O cardeal Karol Wojtyła, polaco, eleito em 1978, foi um Papa que veio do outro lado da cortina de ferro, «de um país longínquo», um Papa «*straniero*» para os católicos romanos, que cedo aprenderam a amá-lo: João Paulo II.

Depois de um século xix que viu instalar-se o fenómeno da descristianização de territórios inteiros, em que a Igreja viveu mergulhada num anticlericalismo militante permanente, num mundo secularizado nas ideias e nos factos, o século xx, nos seus primeiros anos, trouxe o confronto da Igreja com um anticlericalismo violento e logo nos países do Sul da Europa, aqueles com mais forte tradição católica nas suas populações: Espanha e Portugal. Em França, o Governo legislava abundantemente contra a Igreja, chegando mesmo a uma ruptura de relações com a Santa Sé. A atitude firme de Pio X desconcertou, de certa maneira, o Governo francês, que, por outro lado, tinha de se confrontar com a sua própria população católica revoltada.

A Igreja vinha-se refazendo no seu prestígio desde Pio IX, o Papa “amado”, elevando-se muitíssimo esse prestígio com Leão XIII. Em Pio X, o primeiro Papa do século xx, teve um santo que ficou conhecido como o Papa da Liturgia e da Eucaristia. Foi o Papa que condenou, corajosamente, a «encruzilhada de todas as heresias» como ele classificava o Modernismo, com todas as suas doutrinas “pretendendo” tornar racional a fé cristã de modo a ser melhor admitida pela mentalidade “moderna”.

Seguiu-se-lhe Bento XV, o Papa da Primeira Grande Guerra, que fez da paz o programa do seu Pontificado. Após a sua morte teve um reconhecimento geral como o Papa da justiça e da paz.

Pio XI, eleito em 1922, adoptou como lema do seu Pontificado a “Paz de Cristo no reino de Cristo”, condenando a laicização que se fazia sentir em todos os domínios da vida pública – económico, político e internacional – que condenou como causa de todos os males existentes. O prestígio internacional da Igreja cresceu com Pio XI, que assinou numerosas Concordatas com vários países.

Pio XI ficou conhecido como o “Papa das Missões”, tal como Gregório XVI, e também como “Papa social”, ao dar continuidade às reflexões sociais iniciadas com Leão XIII.

Uma das suas grandes iniciativas foi a criação da Acção Católica – apostolado organizado dos leigos nos seus próprios ambientes.

O Pontificado de Pio XI constituiu, sem dúvida, um ponto alto da História da Igreja: os totalitarismos da sua época (Fascismo italiano, Nazismo alemão, Comunismo) foram incansavelmente condenados por Pio XI, que ficou conhecido como o defensor dos direitos do Homem e da moral internacional.

O empenho de Pio XII pela paz traduziu-se num lema que adoptou logo após a sua eleição: «Nada se perde com a paz, tudo pode perder-se com a guerra.» A sua principal tarefa consistiu em conduzir a Igreja ao longo da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), bem como nas transformações do pós-guerra. O prestígio moral da Igreja foi muito reforçado como resultado do cumprimen-

to de tal tarefa por Pio XII. Não obstante todas as suas qualidades e o não se ter poupado a trabalhar infatigavelmente para o mundo, sofreu numerosas críticas. Ainda hoje. Pois bem: foi considerado por muitos como o mais santo Papa dos tempos modernos e milhões de católicos em todo o mundo choraram sentidamente a sua morte.

A Pio XII sucedeu o Patriarca de Veneza, Angelo Roncalli, que tomou o nome de João XXIII. Este desconhecido de todo o mundo foi um Papa que “rasgou” novos caminhos à Igreja do futuro, pelo vigésimo primeiro concílio ecuménico – o Vaticano II – convocado apenas três meses após a sua eleição, com uma dupla finalidade: uma adaptação ao mundo moderno, um mundo em plena transformação, por um “*aggiornamento*” ou renovação da Igreja e do apostolado; e, segunda finalidade, preparar a unidade cristã.

João XXIII foi um “Papa social” pelas suas achegas às reflexões da doutrina social da Igreja, principalmente com as suas duas encíclicas. *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, bem acolhidas pela opinião pública, tendo até a segunda uma grande repercussão mundial.

Uma nova era da História do papado estava inaugurada aquando da morte do “Papa do concílio”, João XXIII.

O Concílio Vaticano II, com os seus 2557 padres conciliares com direito a voto, entre bispos e superiores maiores das ordens religiosas masculinas, foi considerado entre os maiores acontecimentos da Igreja, o maior dos concílios pelo número de padres participantes vindos de todo o mundo. Decorrendo num clima e atmosfera de autêntico Parlamento, teve mesmo observadores leigos, que tiveram uma actuação apreciável, significando a sua presença a importância dos leigos na vida da Igreja. Foram numerosos os documentos discutidos e aprovados nas suas quatro sessões ao longo de três anos de trabalhos.

Paulo VI, o outro Papa do concílio, eleito após a morte de João XXIII, deu início ao segundo período das suas sessões, ficando a sua actuação assinalada pelo desenvolvimento e aplicação do concílio.

Papa notável, foi considerado pelo seu biógrafo como o homem do seu século melhor dotado pela natureza – o seu profundo conhecimento da Cúria Romana, a sua vasta cultura, a sua espiritualidade, as suas ideias no campo político – para se “converter” em Papa. A Igreja continuava em boas mãos, precisamente numa das épocas mais difíceis da sua História.

Paulo VI conseguiu levar a bom termo todo o programa do seu Pontificado, num diálogo com o mundo moderno.

Tornou-se um missionário itinerante ao empreender viagens apostólicas aos quatro cantos da Terra. Por outro lado, o mundo político veio até ele, sendo visitado por políticos de todos os lados, dos quais se destacam os dos países socialistas, que estabeleceram mesmo relações com a Santa Sé.

Paulo VI ficou na História como um Papa que soube conduzir a Igreja com grande prudência numa época tão conturbada: fiel à tradição, por um lado, e por outro e na mesma medida, francamente aberto aos novos desenvolvimentos.

Novamente um Patriarca de Veneza, Albino Luciani, é eleito após a morte de Paulo VI, tomando o nome de João Paulo I, como que a integrar, na sua acção, a bondade de João XXIII e a capacidade de Paulo VI.

Um trato amável, cativante e pessoal, não isento de clareza e energia, não obstante o vasto programa que se propunha, foi traído pela sua débil saúde, que não suportou a tremenda agenda sobrecarregada de um Papa no início do seu Pontificado, levando-o à morte ao fim de trinta e três dias depois de ter sido eleito.

A Albino Luciani sucedeu um Papa que vinha de longe, do outro lado da cortina de ferro: Karol Wojtyła, que adoptou o nome de João Paulo II.

Intelectual de grande craveira, homem capaz de fazer do diálogo entre o Catholicismo e a Modernidade uma autêntica estrada de dois sentidos, especialista do Comunismo, consciente da sua ameaça bem como das ameaças do humanismo cristão, homem considerado não só na Cúria Romana como também conhecido e admirado em todo o mundo, tudo isto caracterizava João Paulo II. Era assim o último Papa do século xx, o Papa que Deus escolhera para conduzir a Igreja para o terceiro milénio.

Um eslavo que surpreendeu todos. Um homem que exerceu uma intensa actividade no exercício do seu Pontificado, exercício que o levou a numerosos países, a escrever inúmeras encíclicas, exortações apostólicas e cartas apostólicas e muitos outros documentos, e, ainda, a receber permanente e incansavelmente grupos e personalidades individualmente.

O Kremlin soviético vivia um pesadelo perante um Papa eslavo capaz de falar às multidões do Império Soviético na sua própria língua em temas como os direitos humanos e, em especial, o tema fundamental da liberdade religiosa, atingindo aí o coração do projecto comunista, que pretendia vir a ser o verdadeiro humanismo do século xx.

O Império Soviético tremeu nos seus alicerces com a chegada deste Papa eslavo vindo de um país comunista – a Polónia – e que foi o artífice da crise e, depois, da queda do Comunismo. Após várias “peregrinações” pastorais à Polónia, realizam-se, em 1989, as primeiras eleições parcialmente livres, resultando numa vitória estrondosa do Solidariedade, o primeiro sindicato independente do mundo comunista que, democraticamente, tomara de assalto o poder na Polónia.

Nesse mesmo ano mágico de 1989 começou a desmoronar-se o Império Soviético, caindo o comunismo na Checoslováquia e dando-se o colapso do Pacto de Varsóvia.

João Paulo II dedicou grande parte do seu Pontificado a peregrinações aos países dos cinco continentes, que o levaram a visitar uma centena de países, percorrendo mais de um milhão de quilómetros (quase três vezes a distância entre a Terra e a Lua...). Nessas viagens dirigiu-se incansavelmente a centenas de milhares de fiéis em mais de três mil comunicações e homilias. Nunca ninguém falara tanto e a tanta gente, em centenas de contextos culturais diferentes, como João Paulo II.

A primeira peregrinação pastoral ao estrangeiro de João Paulo II foi ao México, cerca de três meses depois de ter sido eleito. Apesar do anticlericalismo reinante e muito aceso, um milhão de mexicanos saudou entusiasticamente o Papa no caminho que o levou do aeroporto à cidade do México. Daqui dirigiu-se a Puebla, a 128 quilómetros, cidade onde se realizava a assembleia do CE-

LAM. Aí se jogava o futuro de metade do catolicismo mundial, e esse futuro dependia da sua intervenção sobre o problema da Teologia da Libertação, que estava no centro de um debate muito aceso e intenso no CELAM. João Paulo II denunciou o erro do Marxismo que informava essa chamada Teologia da Libertação: um «erro antropológico» na sua visão da pessoa humana, ao passo que a Igreja propunha a verdade de que «o homem é a imagem de Deus», base da doutrina social da Igreja. A verdadeira libertação cristã está na salvação oferecida por Cristo, uma libertação messiânica, com a sua transformação, pacificação, perdão e reconciliação do amor. A tarefa dos bispos latino-americanos, como pastores, seria a de «defender a dignidade humana como um valor do Evangelho que não pode ser desprezado sem que se ofenda gravemente o Criador». Os bispos latino-americanos acolheram bem a mensagem de João Paulo II.

O México constituiu o primeiro teste internacional do Pontificado de João Paulo II.

Um programa cristológico, mariano, antropológico, intimamente relacionado, inspirava todo o Pontificado de João Paulo II, já desde Puebla e da sua primeira encíclica, *Redemptor Hominis*, com a sua afirmação de que Cristo Redentor «revela plenamente o homem ao próprio homem».

A sua encíclica *Evangelium vitae* foi elogiada não só pelos bispos católicos, mas também pelos protestantes e por eruditos judeus. A imprensa de grande tiragem, como a revista *Newsweek*, americana, e o jornal britânico *Independent*, não pouparam os seus elogios.

João Paulo II foi também um “Papa social”, como evidenciou abundantemente nas suas intervenções (Puebla, v. g.) e em vários documentos: a encíclica *Laborem Exercens* (sobre o trabalho humano); a *Sollicitudo rei Socialis* (sobre a preocupação social), que foi a sua segunda encíclica social; e ainda uma terceira, a *Centesimus Annus*, no centenário da *Rerum Novarum*.

João Paulo II estava determinado em reafirmar o chamamento universal à santidade. Daí ter beatificado e canonizado mais cristãos do que todos os Papas que o precederam.

Era também convicção deste Papa que «a acção de Deus na história santificou o tempo». Daí o grande interesse que demonstrou pelos aniversários e jubileus

que celebrou: o Ano Santo da Redenção (1983-1984); o Ano Mariano (1987-1988); o Ano da Família (1993-1994); o Grande Jubileu do Ano 2000; o Ano do Rosário (2003-2004); o Ano da Eucaristia (2004-2005).

Nenhum outro Papa se encontrou com tantas pessoas como João Paulo II. Por exemplo, só em audiências gerais (1160) participaram mais de dezassete milhões de peregrinos! No Grande Jubileu do Ano 2000 participaram mais de oito milhões de peregrinos e durante as visitas pastorais que efectuou em todo o mundo encontrou-se com milhões e milhões de fiéis! Com personalidades governamentais teve cerca de mil encontros, entre visitas oficiais, audiências a chefes de Estado e audiências a primeiro-ministros.

O seu amor pelos jovens levou-o a convocar milhões de jovens de todo o mundo para as Jornadas Mundiais da Juventude – em Santiago de Compostela, em Czestochowa, na Polónia, em Denver, nos Estados Unidos, em Manila, nas Filipinas (cuja missa de encerramento teve a maior multidão da história humana, calculando-se cinco a sete milhões de jovens...), em Paris, etc.

Os “números desconcertantes” no Pontificado de João Paulo II, no escrito do seu biógrafo (George Weigel), falam por si: em vinte anos fizera 84 peregrinações ao estrangeiro; «nenhum ser humano na história do mundo falara alguma vez a tantas pessoas, em tantos contextos culturais diferentes»; em vinte anos recebeu, anualmente, entre 150 000 e 180 000 pessoas em audiências especiais em grupo; nomeou 159 novos cardeais e 2650 bispos (dos cerca de 4200 da Igreja Católica). Números impressionantes!

O papado foi radicalmente remodelado por João Paulo II para o século XXI e para o terceiro milénio: pastor, evangelista, testemunha, João Paulo II rompeu com o modelo papal que herdara. O seu papel fundamental no colapso do Comunismo na Europa constitui uma autêntica façanha de um «pastor corajoso, determinado a falar verdade ao poder».

Com João Paulo II a Igreja entrou no movimento ecuménico para que este continuasse depois da desistência dos que procuravam a unidade enraizada

numa fé comum, sustentando que a única unidade digna de ser procurada era a unidade na verdade que Cristo legara à sua Igreja.

O impacto do Pontificado de João Paulo II em centenas de milhões de homens foi notável, tendo o Papa inspirado homens e mulheres de todas as idades a mudarem as suas vidas – e, com isso, pode afirmar-se que o curso da História também mudou – após o apelo a viver sem medo, no final de um século de medo, com o seu desafio: «Não temais!»

* * *

A História da Igreja Católica foi, no século xx, a História dos seus Papas.

Num clima de anticlericalismo militante em que vivia uma Igreja a braços com o grave problema da descristianização de grandes parcelas de território, em que os católicos que o eram e permaneciam tinham muito pouco peso específico ao professarem uma fé já não sem obras, mas uma fé superficial, sem formação, caindo facilmente diante da retórica do Modernismo, com a sua pretensão de tornar racional a fé cristã para ser melhor acolhida, só um Papa santo podia contrarrestar a «encruzilhada de todas as heresias», como classificava São Pio X o Modernismo.

Bento XV, o Papa da justiça e da paz, reconhecido por todos como tal; Pio XI, que fez com que crescesse o prestígio internacional da Igreja, um Papa social, na linha de Leão XIII, homem do apostolado organizado dos leigos nos seus próprios ambientes, um Pontificado que constituiu, enfim, um ponto alto na História da Igreja; um Pio XII que muito reforçou o prestígio moral da Igreja, chorado por milhões de cristãos aquando da sua morte; um João XXIII, o Papa do concílio, que teve a inspiração de convocar um dos maiores acontecimentos da Igreja, o Vaticano II; um Paulo VI, timoneiro hábil numa das épocas mais difíceis da História da Igreja, missionário itinerante, tendo visitado numerosos países de todo o mundo; o Papa Sorriso, João Paulo I, cuja morte prematura deixou a saudade do seu trato amável e cativante.

E chegou-se ao Pontificado de João Paulo II, um Pontificado denso, que virá no futuro a dar-lhe os cognomes, além de Santo, de Grande ou Magno, tal foi a sua acção, tão diversa e intensa que chegou a mudar o curso da História.

Índice

Apresentação	5
Prólogo	11
A crise modernista e São Pio X.....	19
Bento XV e o nascimento de uma nova Europa.....	27
«A Paz de Cristo no Reino de Cristo»: Pio XI.....	33
O ecumenismo: dos 100 anos do <i>Syllabus</i> ao decreto sobre o ecumenismo do Vaticano II; do Vaticano II a João Paulo II	45
«A Paz é obra da Justiça»: Pio XII	53
O Papa do concílio: João XXIII (1958-1963)	65
O Concílio Ecuménico Vaticano II	71
Um intérprete dos sinais dos tempos: Paulo VI (1963-1978)	87
O Papa “sorriso”: João Paulo I (1978).....	97
Um Papa que veio do Leste: João Paulo II (1978-2005)	99
Adenda	
Os Papas da Igreja Católica	135
Lista dos Papas	137
Eleição do Papa.....	227
O Estado Pontifício	233
O Colégio Cardinalício	237
O primado de Roma	241
A doutrina dos dois poderes	245
Os concílios ecuménicos	249
Bibliografia.....	269
	271